

INFLAÇÃO

Desequilíbrio do sistema monetário decorrente da perda do poder de compra da moeda e conseqüente aumento continuado de preços. A inflação pode ter origem em fatores estruturais. Nesse caso, há uma inflação de custos com elevação das despesas de produção, especialmente em razão do aumento dos gastos com mão-de-obra. Um outro fator inflacionário é a expansão dos rendimentos superior à capacidade de expansão da economia, tornando impossível atender à demanda de rendimentos. Nesse caso, há uma inflação de demanda. A inflação tende a se realimentar por uma reação em cadeia. Surge, então, a chamada espiral inflacionária.

A corrente de pensamento econômico chamada de monetarista aponta como principal causa da inflação a quantidade de dinheiro que o governo emite para cobrir gastos ou contratar funcionários. O excesso de dinheiro em circulação provocaria a desvalorização da moeda. Os não-monetaristas dizem que são os aumentos de salários ou do custo de certos insumos (como o petróleo, por exemplo) que originam o carrossel da inflação. Esses aumentos levariam à prática da fixação de preços em função dos aumentos de custos e não da competitividade.

A economia pode se adaptar aos preços crescentes aplicando a correção monetária. Surtos prolongados de inflação podem levar à perda de confiança na moeda, o que conduz à hiperinflação. Foi o que se deu na Alemanha entre as duas guerras mundiais, quando a desvalorização da moeda fez com que os alemães precisassem de 4,2 bilhões de marcos para comprar um dólar. O Brasil sofreu com inflação alta em 1958-64 e em 1978-94.

Câmbio

Operação financeira de venda, troca ou compra de valores em moedas de outros países. É um elemento do sistema monetário internacional, regulamentado durante a Conferência de Bretton Woods (New Hampshire, EUA, 1944), com o objetivo de facilitar as transações entre países. A partir desta conferência, todas as moedas passam a ter o dólar americano como padrão em substituição ao ouro. Até 1976, o valor das moedas, baseado nas reservas de dólar, varia no máximo 2,25%. Com os Acordos da Jamaica (1976), a comunidade internacional abandona este sistema e legaliza as taxas de câmbio (preço de uma moeda em relação a outra) flutuantes.

Variação do câmbio – A variação ocorre por muitos fatores. O principal deles é a oferta e a procura por uma determinada moeda. Também influem no câmbio as reservas em dólar de um país, a entrada e saída de capital estrangeiro, o volume de importações e exportações, a inflação e as taxas de juros cobradas nos mercados local e internacional. Fatores não-econômicos, como um terremoto ou a queda de um governo, também podem alterar o valor das moedas.

Quando uma moeda se torna mais cara em relação às demais, há valorização; quando se torna mais barata, desvalorização. Nos países desenvolvidos, a taxa de câmbio tende a se manter estável e as variações são pequenas. Nos países em desenvolvimento, o câmbio é instável. Podem ocorrer desvalorizações bruscas (maxidesvalorizações). É o que acontece com o peso mexicano em dezembro de 1994, quando a moeda perde 50% do seu valor em relação ao dólar no período de uma semana.

Os países administram e modificam livremente o câmbio, que pode ser usado como instrumento de política econômica ou estratégia comercial.

Câmbio no Brasil – O Plano Real , que entra em vigor em julho de 1994, é um exemplo da utilização do câmbio como instrumento de política econômica. Cria uma nova moeda, o real, atrelada ao valor do dólar e sujeita à menor variação cambial. Como a estabilidade da moeda é um dos fatores analisados por investidores estrangeiros no momento em que decidem aplicar capital em outro país, tenta-se com isso garantir o fluxo desses investimentos para o Brasil. Em março de 1995, o governo adota o sistema de bandas cambiais, pelo qual o Banco Central fixa um preço mínimo e máximo para a conversão do real em dólar. Quando, em função da oferta e da procura, esses limites são ultrapassados, o Banco Central intervém no mercado comprando e vendendo dólares para manter a relação real-dólar dentro da margem fixada. A tática é inversa quando se usa o câmbio como estratégia comercial: em vez de valorizar a moeda, o país a mantém mais barata para que seus produtos fiquem mais competitivos no mercado internacional.

Câmbio paralelo – São operações de câmbio não controladas pelas autoridades oficiais e geralmente ligadas a transações irregulares. A taxa tende a ser mais alta que a oficial e é determinada basicamente pela oferta e procura por uma moeda. A diferença entre a taxa oficial e a do câmbio paralelo chama-se ágio se o paralelo estiver mais alto e deságio se estiver mais baixo. Quando o mercado confia na política econômica de um governo, o ágio é pequeno. Quanto menor a confiança, maior o ágio. No governo José Sarney, o ágio chega a 200%. No primeiro semestre do governo FHC, mantém-se em torno de 10%.

Câmbio flutuante – Tipo de câmbio criado pelo governo brasileiro em 1988 para diminuir as transações feitas no mercado paralelo e trazer para o mercado oficial dinheiro mandado ilegalmente para o exterior. Dentro dessa modalidade está o câmbio-turismo, taxa utilizada apenas para quem vai viajar e precisa comprar moeda estrangeira. A taxa de câmbio flutuante é regulada pela oferta e procura da moeda, como no paralelo.